



História e cultura afro-brasileira no currículo escolar

(African-Brazilian history and culture at scholar curriculum)

Michele Bitioli¹; José Pedro Toniosso²

¹Graduação - Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro – SP
michelebitioli@hotmail.com

²Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro – SP
jptoniosso@gmail.com.br

Abstract. *This paper discusses the importance of teaching of Afro-Brazilian History and Culture in Brazilian schools, emphasizing the black movements in the history of the country and how they have been responsible for major changes as the law 10.639/03 which determined the study of this topic in schools, with the central idea of the analysis as the insertion of this theme can help to overcome this racism in Brazilian society.*

Keywords. *Afro-Brazilian History and Culture; Education; curriculum vitae.*

Resumo. *Este artigo discute a importância do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, dando ênfase aos movimentos negros ocorridos na história do país e como eles foram responsáveis por grandes mudanças, como a lei 10.639/03 em que determinou o estudo deste tema nas escolas, tendo como ideia central a análise de como a inserção dessa temática poderá contribuir para a superação do racismo presente na sociedade brasileira.*

Palavras-chave: *História e Cultura Afro-Brasileira; educação; currículo.*

Introdução

Este artigo tem como finalidade ressaltar a influência que a cultura afro-brasileira proporciona para a sociedade resgatando sua memória e história nas instituições escolares.

A partir das reflexões de Domingues (2007) que enfatiza o estudo sobre os movimentos negros ocorridos no Brasil percorrendo os dois últimos séculos permite identificar a conquista de diversos direitos inclusive no campo educacional.

Apesar disso Fernandes (2005) aponta a maneira como o negro ainda é visto na instituição escolar, assim como sua história e cultura é apresentada no processo de escolarização proposto deixa a desejar, pois estão abarrotados de estereótipos e preconceitos.

Dessa forma é discutido o fato de ser necessário que haja a lei 10.639/03 que determina o estudo da história e cultura africana nas escolas para que os responsáveis partam em busca de inseri-la em seus currículos fazendo com que este preze pela igualdade.

O resgate da temática afro-brasileira nas escolas

Uma das marcas do passado brasileiro refere-se à manutenção do tráfico negreiro entre os séculos XVI e XIX foram transportados da África para o Brasil cerca de 3.600.000 escravos, fazendo com que o país fosse considerado o segundo maior importador de escravos do novo mundo, sendo que em algumas regiões a população negra escrava era maior que a dos brancos que os dominavam.

Apesar de a instituição escravagista ter separado seus familiares e espalhado grupos étnicos pelo país, os escravos conseguiram manter sua herança cultural, desempenhando um papel importante para a transmissão cultural e suas tradições religiosas, mesmo os portugueses usando a política de dividir para governar, os separando em diferentes nações (JENSEN, 2001).

Segundo Fernandes (2005), os africanos que aportaram no território brasileiro na condição de escravos eram vistos como mercadoria e objeto nas mãos de seus proprietários. Após mais de um século da abolição nega-se ao negro a participação na construção da história e da cultura brasileira, embora tenha sido ele a mão de obra predominante na produção da riqueza nacional trabalhando na cultura canavieira, na extração aurífera, no desenvolvimento da pecuária e no cultivo do café em diferentes momentos do processo histórico.

De acordo com Lima (2004, p.85) no espaço educacional a África é vista muitas vezes apenas como a terra da macumba, da capoeira e do tambor, é preciso libertar-se dessa imagem folclórica do negro no Brasil e dessa concepção escravista criada por antigos historiadores, considerando a extensa participação africana no processo de formação do país.

Nesse sentido no início do Governo Lula foi sancionada a Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003 que “altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’ e dá outras providências”. A partir desta lei tornou-se obrigatório no currículo escolar da educação básica o “estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil” (Brasil, 2003).

Embora essa lei esteja em vigor desde 2003, Fernandes (2005, p.380) observa que muitos livros didáticos ainda aparecem com uma concepção positivista de historiografia

brasileira, em que relata os grandes fatos e feitos dos chamados “heróis nacionais”, geralmente brancos e escondendo com subterfúgios a participação de outros segmentos sociais no processo histórico do país, e quando aparecem são tidos como agentes da cultura popular, ou em outros casos chegam a ser representados por personagens como Zumbi e João Cândido, de uma maneira pejorativa, preconceituosa ou superficial.

A pluralidade étnica cultural que historicamente caracteriza o Brasil nem sempre é reconhecida e para Fernandes,

Apesar desse fato incontestável de que somos, em virtude de nossa formação histórico-social, uma nação multirracial e pluriétnica, de notável diversidade cultural, a escola brasileira ainda não aprendeu a conviver com essa realidade e, por conseguinte, não sabe trabalhar com as crianças e jovens dos estratos sociais mais pobres, constituídos, na sua grande maioria, de negros e mestiços. Nesse sentido, uma análise mais acurada da história das instituições educacionais em nosso país, por meio dos currículos, programas de ensino e livros didáticos mostra uma preponderância da cultura dita “superior e civilizada”, de matriz européia, (2005, p.379).

A aprovação da lei em 2003 relaciona-se com um movimento que ocorria no Brasil desde pelo menos a década de 1980, marcada pelo processo de redemocratização do país e como consequência desse cenário pouco se falava das etnias nas escolas brasileira. Neste contexto foi necessária a busca de novos documentos para que fosse possível a inclusão desses grupos sociais até então excluídos pelos demais membros da sociedade (TONIOSSO, 2011 p. 14).

Sobre a questão da pluralidade cultural nas escolas Fernandes (*apud* GADOTTI, 2001, p. 386) aponta:

(...) a diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural, como ponto de chegada. (...) Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa sobretudo diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais.

A história e a cultura afro-brasileira têm muito a oferecer, pois esta abrange muitos “heróis” que estão ocultos em meio da cultura brasileira, cabe à instituição escolar incentivar a abordagem em sala de aula para que os valores afro-brasileiros possam ser compartilhados com os alunos e demais membros da sociedade.

Um breve apontamento sobre o movimento negro no Brasil

Por mais que o mundo contemporâneo seja diferente daquele da época dos escravagistas é necessário que seja questionado o fator da pluralidade cultural, pois ainda é possível perceber a luta pela igualdade.

A luta pelo fim da escravidão, um dos pilares da economia colonial, se estendeu por mais de trezentos anos, sendo que a Abolição oficializada em 13 de maio de 1888 com a assinatura da lei Áurea foi apenas o primeiro passo para a igualdade, pois o preconceito e a discriminação em relação às questões étnicas e raciais aos afrodescendentes mantiveram-se enraizados no país, (TONIOSSO, 2011, p.17).

Desde então os negros travaram uma luta árdua em busca da igualdade por meio dos movimentos criados no decorrer dos anos. Segundo Domingues (2007, p.101) o objetivo principal é o de “resolver os seus respectivos problemas dentro da sociedade, criando situações em que possam ser inclusos sem discriminação racial.”

De acordo com Gonçalves apud Toniosso (2011, p.18) a primeira entidade que se tem o registro de funcionamento como escola de formação de líderes negros foi o Centro Cívico Palmares, que surgiu em 1926 na cidade de São Paulo. Nos anos seguintes foram fundadas outras associações na capital e no interior paulista, algumas de caráter assistencial, como Flor de Maio em São Carlos, José do Patrocínio em Rio Claro, Luiz Gama em Jundiaí, Organização da Cultura e Beneficência em Jabaquara e Sociedade Beneficente 13 de Maio em São Paulo.

A Frente Negra Brasileira fundada em 1930 foi um dos movimentos de maior importância dentro do movimento negro, pois esta tinha como maior objetivo a elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física, pois a partir de diversos projetos pretendia integrar o negro na sociedade. Transformou-se em partido político em 1936, sendo o Partido da Frente Negra Brasileira, mas teve uma pequena durabilidade, pois em 1937 devido a ditadura de Getúlio Vargas teve as portas fechadas esse e os demais partidos da época (TONIOSSO, 2011, p.19).

A partir da queda de Vargas surge então o movimento negro organizado, e entre as demais associações negras fundadas no Brasil, em 1944 surge no Rio de Janeiro, no Estado Novo, o Teatro Experimental do Negro (TEN) que tinha como líder o ativista negro Abdias do Nascimento (TONIOSSO, 2011, p.19). A respeito das ideias do TEN, Domingues observa que sua proposta inicial:

(...) era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro. O Museu do Negro; organizou o primeiro congresso do Negro Brasileiro: promoveu a aproximação da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe: tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública. Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país, (2007, p.109).

Durante essa etapa do movimento negro o TEN não foi o único a operar, pois existiam muitos outros grupos negros antirracistas no país, mas esse foi o que mais se destacou, sendo que “a partir do início da ditadura militar em consequência da grande força e repercussão que esse grupo possuía o TEN se enfraqueceu e foi extinto em 1968, pois este ficou isolado politicamente, não podendo contar efetivamente com o apoio das forças políticas” (TONIOSSO, 2011, p.21).

A década de 1970 representou para o Brasil um momento decisivo na transição da ditadura para a democracia, em que os primeiros movimentos negros da época adotaram uma postura mais agressiva, mas enfrentaram sérios problemas de organização, que influenciou na formação do Movimento Negro Unificado (MNU) fundado na cidade de São Paulo em 1978, como resposta contra atos discriminatórios sofridos por negros (TONIOSSO, 2011, p. 22).

A partir de então a MNU teve uma intensa participação no processo de luta pela redemocratização do país, tendo conquistado diversos avanços em relação aos direitos do negro, especialmente na conquista de 1988 onde foram realizadas várias palestras sobre igualdade aos negros, intitulado como o ano do Centenário da Abolição e também foi o ano da promulgação da nova Constituição Federal na qual foram incluídas algumas das reivindicações do Movimento Negro. Entre elas, estabeleceu o racismo como crime inafiançável e imprescritível (art. 5º, XLII), determinou a demarcação de terras das comunidades quilombolas (art. 68º do Ato das disposições constitucionais transitórias), estabeleceu a proteção às manifestações da cultura afro-brasileira (art. 215, § 1º) e, em relação à educação, de forma genérica, estabeleceu que “o ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (art. 242, § 1º) (BRASIL, 1989, p. 111).

Educação como instrumento na luta pela igualdade

A educação brasileira é a grande responsável pelo pensamento racista encontrado na sociedade, antes de querer acabar de vez o racismo é necessário que se pense o porquê deste ao invés de diminuir só aumenta cada vez mais, pois “a educação da comunidade primitiva reproduzia a igualdade, passa a reproduzir, com o desenvolvimento da escola, as desigualdades sociais” (GADOTTI, 2001, p.34). Dessa forma sobre o contexto educacional brasileiro:

(...) as profundas desigualdades de oportunidades o que estava submetida à população afrodescendente no Brasil e explicitam a falácia da democracia racial existente nos diversos níveis do sistema educacional. Essa constatação está em consonância com as históricas reivindicações do Movimento Negro, que influenciaram a aprovação de uma série de mudanças na legislação educacional, incluindo a lei nº 10.639/03 (TONIOSSO, 2011, p.38).

No que se refere ao modelo de educação instituída nos espaços escolares, é constatada uma educação para “brancos”, pois nossos antigos historiadores ignoram a participação africana na formação do Brasil, influenciados pela sociedade escravagista e pelos ideais de branqueamento da população brasileira (Lima, 2004, p.84). Esse tipo de educação é muito questionado assim:

(...) os representantes do Movimento Negro Unificado, defendiam a ideia de que o sistema de ensino nacional, desde a pré- escola à universidade, tem primado por ocultar ou distorcer o passado histórico e a cultura do povo

negro, na África e aqui no Brasil, bem como apresentar o negro de forma inferiorizada, como seja: bêbado, serviçal, exercendo papéis considerados inferiores na sociedade. O livro didático apresenta como modelo de bom, inteligente e bonito apenas personagens brancos. A família, a professora, o médico, todas as profissões e instituições consideradas importantes são representadas nos livros por pessoas brancas. Há centenas de livros que o negro não aparece e quando aparece em alguns é de maneira negativa. A distorção dos valores dos negros tem como objetivo não oferecer modelos positivos que ajudem a construir uma autoimagem positiva, nem um referencial da sua verdadeira história aqui e na África. Em consequência, desenvolve-se no negro um complexo de auto-rejeição e inferioridade e uma necessidade de branquear-se, de tornar-se semelhante ao branco, o único modelo considerado bom, bonito e aceito pela sociedade. (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, p.49)

Os conhecimentos ensinados na escola não são cópias exatas dos socialmente construídos, para se tornarem escolares, os conhecimentos de referência sofrem uma descontextualização e a seguir, um processo de recontextualização. A atividade escolar, portanto, supõe certa ruptura com as atividades próprias dos campos de referência, ou seja, a escola transfere ao aluno a parte que lhe é cabível, sendo este impermeável a críticas. Nessa hierarquia reforçam-se relações de poder favoráveis à manutenção das desigualdades e das diferenças que caracterizam nossa estrutura social, sendo necessário que se pense em um currículo de cultura (MOREIRA; CANDAU, 2006, p.23).

No que se diz respeito a esse modelo de currículo escolar devemos pensar não só no âmbito do currículo formalmente planejado, mas no currículo oculto que se dá através de forma subliminar, pelas relações sociais e pela rotina escolar, pois através deste podemos perceber que este oprime os estudantes excluindo-os socialmente. (MOREIRA; CANDAU, 2006, p.18)

Segundo Gomes (2007), compreender a relação entre a diversidade e o currículo implica delimitar um princípio radical da educação pública e democrática: a escola pública se tornará cada vez mais pública na medida em que compreender o direito à diversidade e o respeito às diferenças como um dos eixos norteadores de sua ação e das práticas pedagógicas. Para tal faz-se necessário o rompimento com a postura de neutralidade diante da diversidade que ainda se encontra nos currículos e em várias iniciativas de políticas educacionais, as quais tendem a se omitir, negar e silenciar diante da diversidade.

A escola é um importante espaço na qual se desenvolve o tenso processo de construção da identidade negra, no entanto lamentavelmente na maioria das vezes esta não é lembrada como uma instituição em que o negro e seu padrão estético são vistos de maneira positiva, principalmente devido ao estudo de formação de professores e diversidade étnico-cultural, (GOMES, 2007, p.167).

Assim Brandão *apud* Gadotti (2001, p.39) descreve que existem dois tipos de educação:

[...] há um tipo de educação que “pode tomar homens e mulheres, crianças e velho, para torná-los todos sujeitos livres que, por igual, repartem uma mesma vida, comunitária”, há outro tipo que “pode tomar os mesmos homens das mesmas idades, para ensinar uns a serem senhores e outros escravos”. Apesar disso, Brandão vê no trabalho educativo uma forma de

luta possível, entre outras práticas sociais, para a transformação da sociedade, dialeticamente articulada.

Tendo a educação essa responsabilidade um dos primeiros caminhos a serem trilhados para que possa ser mudado esse grande desafio, poderá ser o da inserção desse tema nos cursos de formação de professores e nos processos de formação em serviço, de disciplinas, debates e discussões que privilegiam a relação entre cultura e educação, numa perspectiva antropológica, (GOMES, 2003 p. 169).

Inegavelmente somos sujeitos socialmente definidos, buscamos através de grupos construir a nossa individualidade, sendo assim de acordo com Gomes (2003, p.171):

[...] a identidade negra se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, em que os contatos pessoais se estabelecem permeados de sensações e afetividade e no qual se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente tal processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece.

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção do olhar de um grupo étnico/radical ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmo, a partir da relação com o outro.

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros.

Existe o grande desafio de planejar um novo currículo, o qual depende de todos, pois a partir da lei 10.639/03 foi estabelecida uma obrigatoriedade, mas isso não basta, pois estudantes universitários devem lutar pela inclusão efetiva desses assuntos nos currículos de suas faculdades e os professores devem solicitar da rede de ensino a realização de cursos, pois terão o papel fundamental de transmitir o currículo para o aluno, cabendo a estes elaborar a melhor tática para que não seja repassado de maneira errada (Lima, 2004, p.85).

Segundo Moreira e Candau (2006, p. 33), o currículo deve ser transmitido de forma que se dê a cultura em sua diversidade:

Cabe evitar qualquer caráter exótico às manifestações culturais de grupos minoritários [...] para que se compreendam e acentuem avanços, dificuldades e desafios. Líderes desses grupos podem ser convidados a participar das atividades. Exposições e cartazes podem ilustrar trajetórias e conquistas, [...] estamos sugerindo que se explorem e se confrontem perspectivas, enfoques e intenções, para que possam vir à tona propósitos, escolhas, disputas, relações de poder, repressões, silenciamentos, exclusões.

Como salientado a escola tem o papel de inserir o indivíduo na sociedade, construindo valores e identidades igualitárias, pois tem a responsabilidade de formar o cidadão crítico e que respeite ao outro e cada cultura presente na sociedade.

Considerações Finais

Com esta pesquisa consideramos que a inserção da temática afro-brasileiro no currículo escolar poderá contribuir para uma maior aproximação entre a cultura negra em nossa sociedade incentivando as instituições escolares, alunos e responsáveis a compreenderem a cultura africana e dando-lhe grande importância, pois a imagem que a escola constrói através dos anos é de que ambos foram somente pessoas oprimidas, exploradas.

A instituição escolar precisa desenvolver um currículo juntamente com os professores, de forma a construir um processo educacional que revele aos alunos a importância de ver ao outro como semelhante.

Esse estudo objetivou uma reflexão quanto ao modo do brasileiro lidar com o racismo, e ao olhar mais apurado das instituições para com a temática história e cultura afro-brasileira, sendo necessário que se aplique a citada lei que exige a inserção desses conteúdos no currículo escolar. É importante que se pense em um currículo igualitário. Esses aspectos são muito importantes na formação dos cidadãos e devem ser abordados por cada educador, de forma que venha a identificar os sujeitos históricos do país.

Espera-se que as escolas analisem a influência que a cultura afro-brasileira traz para a sociedade, criando meios para que seja revelada, resgatando-se assim as memórias e as histórias desse povo caracterizando a cultura como a maior riqueza de sua diversidade.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos** 2007. Acesso em 26 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>.

FERNANDES, José R. **Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades**. Cvad. Cedes, v.25, n.67, p378- 388, Campinas, 2005. Acesso em 03 de Março de 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo. Atica. 2001.

GOMES, Nilma L. Diversidade e Currículo. In: BRASIL. **Indagações sobre o currículo do ensino fundamental**. 17 ed. Ministério da Educação, Salto para o futuro. 2007.

GOMES, Nilma L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as**: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e pesquisa*, n.1, p. 167-182, 2003. Acesso em 26 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf>>.

JENSEN, Tina G. **Discursos sobre as religiões afro- brasileiras: da desafricanização para a reafricanização**. *Revista de estudos da região*, n.1, p.121, 2001. Acesso em 04 de março de 2012. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigosteses/ENSINORELIGIOSO/artigos/discursos_religioes_afro.pdf>.

LIMA, Mônica. A África na sala de aula. In: **Revista nossa história**. Ano 1, n.4, Fevereiro, 2004.

MOREIRA, Antonio F. B.; CANDAU, Vera M. Currículo, conhecimento e cultura. In: MOREIRA, A. F.; ARROYO, M. **Indagações sobre currículo: currículo do ensino fundamental**. Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica (MEC), 2006.

Movimento Negro Unificado. **1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo: Movimento Negro Unificado**. São Paulo, O movimento, SD, 79p.

TONIOSSO, José P. **Ensino de história e cultura afro- brasileira**: da legislação à prática docente. 2011.165 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto.